

## HISTÓRIA

### Primeiro Reinado

01 - (UERJ) Observe o quadro.



A partir da análise do quadro e tendo em vista o contexto do Brasil no I Império, é possível classificar o voto, naquele período, como

- a. censitário, amplo, indireto e irrestrito.
- b. universal, masculino, direto e representativo.
- c. censitário, masculino, indireto e em dois graus.
- d. universal, apartidário, direto e em quatro graus.

02 - (ENEM) Constituição de 1824:

“Art. 98. O Poder Moderador é a chave de toda a organização política, e é delegado privativamente ao Imperador

(...) para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independência, equilíbrio, e harmonia dos demais

poderes políticos (...) dissolvendo a Câmara dos Deputados nos casos em que o exigir a salvação do Estado.”

Frei Caneca:

“O Poder Moderador da nova invenção maquiavélica é a chave mestra da opressão da nação brasileira e o garrote

mais forte da liberdade dos povos. Por ele, o imperador pode dissolver a Câmara dos Deputados, que é a

representante do povo, ficando sempre no gozo de seus direitos o Senado, que é o representante dos

apaniguados do imperador.”

(Voto sobre o juramento do projeto de Constituição)

Para Frei Caneca, o Poder Moderador definido pela Constituição outorgada pelo Imperador em 1824 era

a. adequado ao funcionamento de uma monarquia constitucional, pois os senadores eram escolhidos pelo Imperador.

b. eficaz e responsável pela liberdade dos povos, porque garantia a representação da sociedade nas duas esferas do poder legislativo.

c. arbitrário, porque permitia ao Imperador dissolver a Câmara dos Deputados, o poder representativo da sociedade.

d. neutro e fraco, especialmente nos momentos de crise, pois era incapaz de controlar os deputados representantes da Nação.

e. capaz de responder às exigências políticas da nação, pois supria as deficiências da representação política.

03 - (ENEM) Após o retorno de uma viagem a Minas Gerais, onde Pedro I fora recebido com grande frieza, seus partidários prepararam uma série de manifestações a favor do imperador no Rio de Janeiro, armando fogueiras e luminárias na cidade. Contudo, na noite de 11 de março, tiveram início os conflitos que ficaram conhecidos como a Noite das Garrafadas, durante os quais os "brasileiros" apagavam as fogueiras "portuguesas" e atacavam as casas iluminadas, sendo respondidos com cacos de garrafadas jogadas das janelas.

VAINFAS, R. (Org.). Dicionário do Brasil Imperial. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008 (adaptado).

Os anos finais do I Reinado (1822-1831) se caracterizaram pelo aumento da tensão política. Nesse sentido, a análise dos episódios descritos em Minas Gerais e no Rio de Janeiro revela

a. estímulos ao racismo.

b. apoio ao xenofobismo.

c. críticas ao federalismo.

d. repúdio ao republicanismo.

e. questionamentos ao autoritarismo.

**04** - (UNESP) O fechamento da Assembleia Constituinte, por D. Pedro I, em novembro de 1823,

a. impediu a tentativa de recolonização portuguesa e eliminou a influência política da Igreja Católica.

b. isolou politicamente o imperador e determinou o imediato final do Primeiro Reinado brasileiro.

c. representou a centralização do regime monárquico e provocou reações separatistas.

d. ampliou a força política dos estados do nordeste e facilitou o avanço dos projetos federalistas.

e. assegurou o caráter liberal da nova Constituição e aumentou os poderes do judiciário.

**05** - (UERN) No Brasil, logo após a independência política em relação a Portugal, foi necessário obter o reconhecimento internacional para consolidar-se política e economicamente no quadro das nações de fato independentes. Sobre o(s) primeiro(s) país(es) a reconhecer(em) o Brasil como país soberano, assinale a alternativa correta.

a. Foi a França, interessada em avançar com seu território da Guiana Francesa e estabelecer novas colônias.

b. Trata-se da Inglaterra, interessada em efetivar o imperialismo que já vinha exercendo desde antes da independência.

c. Foram os EUA, que tinham em vista as futuras alianças comerciais e a diminuição das influências inglesas em nosso país.

d. Foram a Argentina e o Paraguai, recentemente independentes, interessados em formar uma América Latina forte e ampliar o comércio na Bacia do Prata.

**06** - (ENEM) Art. 92. São excluídos de votar nas Assembleias Paroquiais:

I. Os menores de vinte e cinco anos, nos quais não se compreendam os casados, e Oficiais Militares, que forem maiores de vinte e um anos, os Bacharéis Formados e Clérigos de Ordens Sacras. [...]

IV. Os Religiosos, e quaisquer que vivam em Comunidade claustral.

V. Os que não tiverem de renda líquida anual cem mil réis por bens de raiz, indústria, comércio ou empregos.

Constituição Política do Império do Brasil (1824).

Disponível em: <https://legislação.planalto.gov.br>. Acesso em: 27 abr. 2010 (adaptado).

A legislação espelha os conflitos políticos e sociais do contexto histórico de sua formulação. A Constituição de 1824 regulamentou o direito de voto dos “cidadãos brasileiros” com o objetivo de garantir

a. o fim da inspiração liberal sobre a estrutura política brasileira.

b. a ampliação do direito de voto para maioria dos brasileiros nascidos livres.

c. a concentração de poderes na região produtora de café, o Sudeste brasileiro.

d. o controle do poder político nas mãos dos grandes proprietários e comerciantes.

e. a diminuição da interferência da Igreja Católica nas decisões político-administrativas.

**07** - (FGV) A independência, porém, pregou uma peça nessas elites. Um ano após ser convocada, a Assembleia Constituinte foi dissolvida e em seu lugar, o imperador designou um pequeno grupo para redigir uma Constituição "digna dele", ou seja, que lhe garantisse poderes semelhantes aos dos reis absolutistas. Um exemplo disso foi a criação do Poder Moderador (...)

(Mary del Priore e Renato Venancio, Uma breve história do Brasil)

Esse poder

a. ampliava os direitos das Assembleias Provinciais, restringia a ação do Imperador no tocante à administração pública e a ação do Senado.

b. permitia que o Imperador reformasse a Constituição por decreto-lei e que escolhesse parte dos deputados provinciais.

c. sofria de uma única limitação institucional, pois o Estado brasileiro não tinha direito de interferir nos assuntos relacionados com a Igreja Católica.

d. proporcionava ao soberano poderes limitados, o que permitiu alargamento da autonomia política e econômica das províncias do Império.

e. oferecia importantes prerrogativas ao Imperador, como indicar presidentes de províncias, nomear senadores e suspender magistrados.

**08** - (UEPA) A crise política do I Império Brasileiro, que resultou na abdicação de D. Pedro I, teve como cerne a disputa entre a inclinação centralista-absolutista do

monarca e a defesa do federalismo pelas elites econômicas regionais. A renúncia do imperador em 1831 resultou:

a. na transferência de poder às elites regionais e aos regentes, ordem política que se mostrou frágil e abriu caminho para levantes oposicionistas e populares.

b. na transformação imediata de Pedro II em monarca do Reino Português na linha de sucessão da Casa de Bragança.

c. no fortalecimento de movimentos separatistas regionais, em desacordo com a manutenção do regime monárquico e da escravidão.

d. no surgimento de grupos políticos republicanos, que seriam embrionários do movimento que promoveu a Proclamação da República em 1889.

e. na emergência de uma identidade nacional brasileira, em oposição a qualquer posição de mando de autoridades portuguesas em território nacional.

09 - Observe o mapa.



(Armelle Enders, A nova história do Brasil, p. 109)

Os dados do mapa mostram que a emancipação política do Brasil

a. efetivou-se com o chamado Grito do Ipiranga, porque todas as províncias do Brasil, imediatamente, passaram a obedecer as ordens vindas do Rio de Janeiro na pessoa do Imperador Dom Pedro I e romperam todos os laços com as Cortes de Lisboa, defensoras da recolonização brasileira.

b. ocorreu de forma homogênea, com a divisão da liderança do movimento emancipacionista entre os principais comandos regionais do Brasil e com a constituição de

acordos políticos que garantiram a unidade territorial e a efetivação do federalismo.

c. dividiu as regiões brasileiras entre as defensoras de uma emancipação vinculada ao fim do tráfico de escravos, caso das províncias do Norte e do Nordeste, e as províncias do Centro-Sul, contrárias à separação definitiva de Portugal e favoráveis a constituição de uma monarquia dual.

d. foi um processo complexo, no qual não houve adesão imediata de algumas províncias ao Rio de Janeiro, representado pelo poder do imperador Dom Pedro I, pois essas províncias continuaram fiéis às Cortes de Lisboa, levando a guerras de independência.

e. diferencia-se radicalmente das experiências da América espanhola, porque a América portuguesa obteve a sua independência sem que houvesse qualquer movimento de resistência armada por parte dos colonos ou da metrópole, interessados em uma separação negociada.

10 - (UNESP) O Brasil assistiu, nos últimos meses de 1822 e na primeira metade de 1823,

a. ao reconhecimento da Independência brasileira pelos Estados Unidos, pela Inglaterra e por Portugal.

b. ao esforço do imperador para impor seu poder às províncias que não haviam aderido a Independência.

c. à libertação da Província Cisplatina, que se tornou independente e recebeu o nome de Uruguai.

d. à pacífica unificação de todas as partes do território nacional, sob a liderança do governo central, no Rio de Janeiro.

e. à confirmação, pelas Cortes portuguesas e pela Assembleia Constituinte, do poder constitucional do imperador.

11 - (UEL) A Constituição Imperial de 1824 estabeleceu a divisão dos poderes em Legislativo, Executivo, Judiciário e Moderador. O poder Moderador era exercido pelo imperador e tinha caráter centralizador.

Pode-se afirmar que o poder Moderador:

a. Impediu o imperador de nomear membros vitalícios do Conselho de Estado.

b. Garantiu independência e autonomia aos magistrados do poder Judiciário.

c. Oficializou ao Legislativo o exercício de controlar o Estado.

d. Garantiu prerrogativas para o imperador controlar a política do país.

e. Garantiu ao Executivo a suspensão dos atos imperiais.

**12 - (UNIFENAS)** A sociedade imperial brasileira, que tinha a Constituição de 1824 como base, apresentava um caráter contraditório: o Império se alinhava aos princípios liberais que se espalhavam pela Europa, no entanto mantinha a escravidão, justificada com a predominância do direito à propriedade privada.

Um importante elemento presente na Constituição de 1824 outorgada por D. Pedro I foi

- a.a adoção da República como forma de governo.
- b.a criação do Poder Moderador.
- c.o direito de voto extensivo a toda a população.
- d.a extinção do tráfico de escravos.
- e.o rompimento de relações diplomáticas com a Inglaterra.

**13 - (UFRRJ)** Leia os textos a seguir, reflita e responda.

Após a Independência política do Brasil, em 1822, era necessário organizar o novo Estado, fazendo leis e regulamentando a administração por meio de uma Constituição. Para tanto, reuniu-se em maio de 1823, uma Assembléia Constituinte composta por 90 deputados pertencentes à aristocracia rural.(...) Na abertura dos trabalhos, o Imperador D. Pedro I revelou sua posição autoritária, comprometendo-se a defender a futura Constituição desde que ela fosse digna do Brasil e dele próprio.

VICENTINO, C; DORIGO, G. "História Geral do Brasil." São Paulo: Scipione, 2001.

A Independência política do Brasil, em 1822, foi cercada de divergências, entre elas, o desagrado do Imperador com a possibilidade, prevista no projeto constitucional, de o seu poder vir a ser limitado, o que resultou no fechamento da Constituinte em novembro de 1823. Uma comissão, então, foi nomeada por D. Pedro I para elaborar um novo projeto constitucional, outorgado por este imperador, em 25 de março de 1824.

Em relação à Constituição Imperial, de 1824, é correto afirmar que nela

- a.foi consagrada a extinção do tráfico de escravos, devido à pressão da sociedade liberal do Rio de Janeiro.
- b.foi introduzido o sufrágio universal, somente para os homens maiores de 18 anos e alfabetizados, mantendo a exigência do voto secreto.
- c.foi abolido o padroado, assegurando ampla liberdade religiosa a todos os brasileiros natos, limitando os cultos religiosos aos seus templos.

d.o poder moderador era atribuição exclusiva do Imperador, conferindo a ele, proeminência sobre os demais poderes.

e.o poder executivo seria exercido pelos ministros de Estado, tendo estes total controle sobre o poder moderador.

**14 - (UFES)** "Se o voto deixasse de ser obrigatório, o senhor iria votar nas próximas eleições?"

Conforme a pesquisa do Ibope, divulgada pelo jornal O Globo de 03/08/98, mais da metade dos eleitores não fazia questão de votar. Segundo alguns especialistas, esse número continua grande em nosso país.

Entretanto, durante o período de Império, de acordo com a Constituição de 1824, no Brasil era o sistema eleitoral que restringia a participação política da maioria, pois

- a.garantia a vitaliciedade do mandato dos deputados, tornando raras as eleições.
- b.convocava eleições apenas para o cargo de Primeiro Ministro, conforme regulamentação do Parlamentarismo.
- c.concedia o direito de votar somente a quem tivesse certa renda, sendo os votantes selecionados segundo critérios censitários.
- d.promovia eleições em Portugal, com validade para o Brasil.
- e.permitia apenas às camadas da elite portuguesa o direito de eleger seus representantes, limitando a influência da aristocracia rural brasileira.

**15 - (UEFS)** Eleições, no Império, eram um acontecimento muito especial. Nesses dias sempre solenes, marcados por muita liturgia cívica, o mais modesto cidadão vestia sua melhor roupa, ou a menos surrada, e exibia até sapatos, peças do vestuário tão valorizadas entre aqueles que pouco tinham. Em contraste com essa maioria de gente nada refinada no trajar, destacava-se uma minoria sempre vestida com pompa e circunstância. Vestimentas de gala de autoridades civis, militares e eclesiásticas, roupas importadas — tudo do bom e do melhor compunha a indumentária de quem era mais que um cidadão qualquer e queria exibir em público essa sua privilegiada condição. Esse desfile de contrastes mostrava o que as eleições representavam: um momento de afirmação de hierarquias e distinções sociais. A estratificação ficava ainda mais visível nos direitos dos cidadãos brasileiros definidos na Constituição.

(CAVANI, 2007, p. 56-57).

As diferentes hierarquias sociais referidas no texto se reproduziam no sistema eleitoral do Brasil Monárquico,

a. mediante a liberdade dada a toda a população de se eleger para cargos do Poder Executivo, a exemplo dos Presidentes das Províncias.

b. pela oportunidade aberta aos votantes, independentemente da condição social, de que se elegeram para os diversos cargos do Legislativo Imperial.

c. no sistema de eleição direta, no qual escravos, mulheres e idosos tinham iguais oportunidades de participação.

d. através do voto censitário, que distinguia, pela renda e pela origem, os eleitores de primeiro grau (votantes) e os eleitores de segundo grau (eleitores).

e. no pleito aberto, restrito às populações urbanas cuja renda podia ser comprovada anualmente.

**GABARITO**

01 – C

02 – C

03 – E

04 – C

05 – C

06 – D

07 – E

08 – A

09 – D

10 – B

11 – D

12 – B

13 – D

14 – C

15 – D